APROVADO
CONSUP: 08/04/14

FUNDESTE
FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDESTE

CNPJ 82.804.642/0001-08
Chapecó - SC

BALANÇO PATRIMONIAL

A T I V O

	Em Milhares de Reais	
	31 de dezembro de 2013	**31 de dezembro de 2012**
CIRCULANTE	33.076	29.562
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.994	14.728
Contas a Receber de Clientes	16.181	12.274
Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores	1.329	1.202
Tributos a Recuperar	84	75
Estoques	1.432	1.190
Despesas Pagas Antecipadamente	56	93
NÃO CIRCULANTE	99.156	96.076
Realizável a Longo Prazo	19.082	14.268
Depósitos Judiciais	13.292	7.629
Financiamentos Estudantis	5.790	6.639
Investimentos	10	8
Imobilizado	80.064	81.763
Diferido	0	37
TOTAL DO ATIVO	132.232	125.638

Vincenzo Francesco Mastrogiacomo
CPF 119.160.280-04
Presidente

Cleonir Jasckovski
CPF 893.552.109-49
Contador CRC-SC 023278/O-2

RUA SENADOR ATTÍLIO FONTANA, 591-E
TEL. 49 3321.8000 - FAX 49 3321.8263
CAIXA POSTAL 1141
CHAPECÓ - SC CEP 89809-000

APROVADO
CONSUP 08/04/14

FUNDESTE
FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDESTE

CNPJ 82.804.642/0001-08
Chapecó - SC

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Em Milhares de Reais	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
CIRCULANTE	11.258	12.660
Fornecedores	1.392	1.697
Instituições Financeiras	761	1.463
Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.150	2.951
Obrigações Fiscais e Tributárias	754	782
Provisão p/Férias e Encargos	4.705	4.374
Adiantamentos de Clientes	171	330
Parcelamentos de Tributos	11	0
Convênios	132	885
Outras Obrigações	182	178
NÃO CIRCULANTE	63.508	55.761
Instituições Financeiras	5.629	2.684
Parcelamentos de Tributos	628	0
Provisão p/ Contingências	57.132	52.952
Subvenções para Investimentos	119	125
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	57.466	57.217
Patrimônio Social	41.151	38.836
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.066	19.239
Superávit/(Déficit) do Exercício	249	(858)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	132.232	125.638

Vincenzo Francesco Mastrogiacomo
CPF 119.160.280-04
Presidente

Cleonir Jasckovski
CPF 893.552.109-49
Contador CRC-SC 023278/O-2

RUA SENADOR ATTÍLIO FONTANA, 591-E
TEL. 49 3321.8000 - FAX 49 3321.8263
CAIXA POSTAL 1141
CHAPECÓ - SC CEP 89809-000

APROVADO
CONSUP 08/04/14

FUNDESTE
FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDESTE

CNPJ 82.804.642/0001-08

Chapecó - SC

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Em Milhares de Reais Períodos 01/jan./13 a 31/dez./13	01/jan./12 a 31/dez./12
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	95.320	84.153
CUSTO DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS	(786)	(785)
LUCRO BRUTO	94.534	83.368
(DESPESAS)/RECEITAS OPERACIONAIS	(94.285)	(84.226)
Despesas c/ Assistência Social	(2.628)	(6.721)
Despesas c/ Bolsas de Estudos	(17.086)	(12.341)
Despesas Gerais e Administrativas	(15.037)	(13.977)
Despesas c/ Pessoal	(54.605)	(47.542)
Despesas c/ Terceiros	(5.867)	(5.252)
Encargos Financeiros Líquidos	(849)	(445)
Outros Ganhos Líquidos	1.787	2.052
SUPERÁVIT/(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	249	(858)

Vincenzo Francesco Mastrogiacomo
CPF 119.160.280-04
Presidente

Cleonir Jasckovski
CPF 893.552.109-49
Contador CRC-SC 023278/O-2

RUA SENADOR ATTÍLIO FONTANA, 591-E
TEL. 49 3321.8000 - FAX 49 3321.8263
CAIXA POSTAL 1141
CHAPECÓ - SC CEP 89809-000

FUNDESTE
FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDESTE
CNPJ 82.804.642/0001-08
Chapecó - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Milhares de Reais

EVENTOS	PATRIMÔNIO SOCIAL	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	SUPERÁVIT/(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	TOTAIS
Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2012	35.154	22.095	826	58.075
Integralização ao Patrimônio Social relativo ao Déficit do Exercício Anterior	826		(826)	0
Realização do Custo Atribuído Imobilizado	2.856	(2.856)		0
Déficit do Exercício			(858)	(858)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2012	38.836	19.239	(858)	57.217
Integralização ao Patrimônio Social relativo ao Superávit do Exercício Anterior	(858)		858	0
Realização do Custo Atribuído Imobilizado	3.173	(3.173)		0
Superávit do Exercício			249	249
Saldos finais em 31 de dezembro de 2013	41.151	16.066	249	57.466

Vincenzo Francesco Mastrogiacomo
CPF 119.160.280-04
Presidente

Cleonir Jasckovski
CPF 893.552.109-49
Contador CRC-SC 023278/O-2

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contabéis)

APROVADO
CONSUP 08/04/14

RUA SENADOR ATTÍLIO FONTANA, 591-E
TEL. 49 3321.8000 - FAX 49 3321.8263
CAIXA POSTAL 1141
CHAPECÓ - SC CEP 89809-000

APROVADO
CONSUP 08/04/14

FUNDESTE
FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDESTE
CNPJ 82.804.642/0001-08
Chapecó - SC

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(Método Indireto)

	Em Milhares de Reais Períodos 01/jan./13 a 31/dez./13	01/jan./12 a 31/dez./12
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/(Déficit) do Exercício	249	(858)
Ajustado por:		
Alienação do Imobilizado	379	590
Amortização do Diferido	37	30
Depreciação/Amortização	4.691	4.159
Provisão p/ Férias e Encargos	331	568
Provisão p/ Contingências	4.180	10.929
Resultado Ajustado	9.867	15.419
(Aumento)/Redução dos Ativos:		
Contas a Receber de Clientes	(3.907)	1.714
Tributos a Recuperar	(9)	(9)
Estoques	(242)	(353)
Despesas Pagas Antecipadamente	37	(18)
Aumento/(Redução) dos Passivos:		
Fornecedores	(305)	258
Obrigações Sociais e Trabalhistas	199	324
Obrigações Fiscais e Tributárias	(28)	(3.307)
Parcelamentos de Tributos	639	0
Outras Obrigações	4	0
Convênios	(753)	91
Subvenções para Investimentos	(6)	(49)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	5.496	14.070
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em Investimentos	(2)	(3)
Aplicações no Imobilizado	(3.371)	(9.034)
Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores	(127)	(26)
Depósitos Judiciais	(5.663)	(6.053)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	(9.163)	(15.116)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Instituições Financeiras	2.243	(1.484)
Financiamentos Estudantis	849	343
Adiantamentos de Clientes	(159)	163
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento	2.933	(978)
AUMENTO/(REDUÇAO) LIQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(734)	(2.025)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	14.728	16.753
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	13.994	14.728

Vincenzo Francesco Mastrogiacomo
CPF 119.160.280-04
Presidente

Cleonir Jasckovski
CPF 893.552.109-49
Contador CRC-SC 023278/O-2

RUA SENADOR ATTÍLIO FONTANA, 591-E
TEL. 49 3321.8000 - FAX 49 3321.8263
CAIXA POSTAL 1141
CHAPECÓ - SC CEP 89809-000

APROVADO
CONSUP: 08 04/14

FUNDESTE
FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDESTE

CNPJ 82.804.642/0001-08

Chapecó - SC

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

RUA SENADOR ATTÍLIO FONTANA, 591-E
TEL. 49 3321.8000 - FAX 49 3321.8263
CAIXA POSTAL 1141
CHAPECÓ - SC CEP 89809-000

APROVADO
CONSUP: 08/04/14

FUNDESTE
FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDESTE

CNPJ 82.804.642/0001-08

Chapecó – SC

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Valores em Milhares de Reais)

NOTA 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - FUNDESTE, criada pela Lei Municipal nº 141 de 06 de dezembro de 1971, é uma Pessoa Jurídica de direito privado, beneficente de assistência social, sem fins lucrativos, mantenedora da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ, do Instituto Goio-En e da Farmácia Escola, que tem por finalidade o ensino, a pesquisa e a extensão, como mecanismos de desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social e se rege pelo estatuto social e pela legislação aplicável.

As demonstrações contábeis da Fundação foram aprovadas pela administração em 21 de fevereiro de 2014.

NOTA 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Fundação no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa "3".

RUA SENADOR ATTÍLIO FONTANA, 591-E
TEL. 49 3321.8000 - FAX 49 3321.8263
CAIXA POSTAL 1141
CHAPECÓ - SC CEP 89809-000

APROVADO
CONSUP: 08/04/14

2.2 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.3.1 CLASSIFICAÇÃO

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Fundação são classificados sob as seguintes categorias:

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Fundação, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, na conta "Encargos Financeiros Líquidos".

Em 31 de dezembro de 2013, a Fundação possui Caixas e Equivalentes de Caixa (nota explicativa "5"), nessa classificação.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2013, a Fundação não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações contábeis sob essa classificação.

c) Empréstimos e Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

APROVADO
CONSUP 08/01/14

Em 31 de dezembro de 2013, a Fundação possui Contas a Receber de Clientes (nota explicativa "6"), nessa classificação.

d) Passivos Financeiros

A Fundação não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

e) Outros Passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2013, no caso da Fundação, compreendem saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa "16") e instituições financeiras (nota explicativa "17").

2.3.2 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Fundação se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Fundação tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos" no período em que ocorrem.

2.3.3 COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas

APROVADO
CONSUP: 08/04/14

ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária conforme os valores demonstrados na nota explicativa "6".

2.5 ESTOQUES

Os estoques estão registrados pelo custo médio histórico, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos históricos e conversão bem como custos para colocar os estoques em sua localização e condição atual. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa "9".

2.6 INVESTIMENTOS

Os investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição, conforme mencionado na nota explicativa "13".

2.7 IMOBILIZADO

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Fundação, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, conforme as taxas descritas na nota explicativa "14".

Os ganhos e as perdas de alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos", na demonstração do resultado.

APROVADO
CONSUP 08/04/14

2.8 DIFERIDO

Está representado por gastos incorridos durante o período de desenvolvimento, construção e implantação de projetos que beneficiarão exercícios futuros, amortizados ao resultado no período de tempo estimado em que esses projetos contribuam para a formação do resultado da Fundação e a partir de 01/jan./09, em observação à Deliberação CVM nº527/07, não há mais capitalizações nesta rubrica, conforme mencionado na nota explicativa "15".

2.9 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços, conforme disposto na nota explicativa "16".

2.10 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS)

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetária. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Fundação tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, conforme disposto na nota explicativa "17".

2.11 – DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base "pro-rata

FUNDESTE
FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE

die".

2.12 PROVISÕES

As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário) são reconhecidas quando: a Fundação tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do Grupo. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa "37".

2.13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

A Fundação é imune do Imposto de Renda e Contribuição social, por ser enquadrada como fundação sem finalidade de lucro, conforme disposto na Lei nº 5.172/66 e alterações.

2.14 APURAÇÃO DO RESULTADO E RECONHECIMENTO DA RECEITA

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Fundação.

NOTA 3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

RUA SENADOR ATTÍLIO FONTANA, 591-E
TEL. 49 3321.8000 - FAX 49 3321.8263
CAIXA POSTAL 1141
CHAPECÓ - SC CEP 89809-000

APROVADO
CONSUP: 08/04/14

3.1 ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

Com base em premissas, a Fundação faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações contábeis estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Fundação. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos, conforme demonstrado na nota explicativa "27".

Provisões para riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Fundação é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa "37".

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

NOTA 4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS E POLÍTICAS

A Fundação contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratadas aplicações financeiras. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

O orçamento é a política utilizada pela Fundação para a gestão de risco, tendo sua elaboração realizada pelas diretorias, reitorias, unidades acadêmicas e setores, e sua subsequente aprovação realizada nos conselhos e na assembleia.

APROVADO
CONSUP 08/04/14

No decorrer do exercício é realizado o monitoramento dos orçamentos previsto em confronto com o realizado.

4.2 FATORES DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Fundação a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

O programa de gestão de risco global da Fundação se concentra na imprevisibilidade dos mercados e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Fundação.

A gestão de risco é realizada pela administração da Fundação. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, tais como inadimplência, ociosidade de vagas e concorrência externa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Fundação, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

RISCO DE MERCADO

Risco cambial

A Fundação não apresenta ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, tão logo não está exposta ao risco cambial.

Risco de Crédito

O risco de crédito é gerenciado pela administração. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos de alunos, incluindo mensalidades a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo presidente da Fundação.

Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é centralizada no departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da fundação para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Fundação não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

APROVADO
CONSUP: 08/04/14

O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

NOTA 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos estão assim demonstrados:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Caixa e Bancos	1.256	2.223
Aplicação de Liquidação Imediata	1.956	4.277
Aplicações - CDB	10.782	8.228
	13.994	14.728

Em 31/dez./ 13, os Certificados de Depósitos Bancários - CDBs possuem rentabilidade média de 100% do CDI. Os CDBs são classificados pela administração da Fundação na rubrica "Caixa e Equivalentes de Caixa", por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

NOTA 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Registra os valores a receber da semestralidade da graduação e das mensalidades da pós-graduação, bem como as negociações de parcelamentos das mesmas. O saldo da conta está em conformidade com os valores originais dos créditos ajustados pela perda estimada no recebimento, resultando no valor líquido realizável.

Os saldos estão assim demonstrados:

APROVADO
CONSUP 08/04/14

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Créditos do Ensino Pós Graduação	701	667
Financiamento Retorno CP	502	499
Depósitos em Transito	71	4
Livraria UNOCHAPECO	79	59
Clientes	558	2.721
Financiamento UNOCRED CP	131	128
Clientes Farmácia	162	150
Cheques	29	41
Notas Promissórias a Receber	58	61
Duplicatas Negociação Mensalidade	7.009	7.847
Outras Contas a Receber	846	1.152
CREDUC/FIES	12.521	5.569
Créditos Farmacia Escola a Receber	15	16
(-) Créditos Incobráveis	(6.501)	(6.640)
	16.181	12.274

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está assim representada:

31 de dezembro de 2012	Adições	Reversões	31 de dezembro de 2013
(6.640)	(695)	834	(6.501)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa adota o critério estabelecido pelas normas contábeis de perdas incorridas, apuradas com base em evidências objetivas de redução no valor recuperável de tais ativos, ou seja, pelas inadimplências já incorridas e atrasos incomuns às operações, sendo estabelecido como critério de reconhecimento desta inadimplência conforme descrito no quadro a seguir:

Natureza do crédito	Critério
Mensalidades	Não recebido após 180 dias da data de vencimento
Cheques	Não recebido após 90 dias da data para desconto
Duplicatas e Promissórias	Não recebido após 90 dias da data de vencimento
Custas Cartório Cobrança	Não recebido após 90 dias da data de vencimento

Estas definições são para uso exclusivo do cálculo das estimativas de perdas, não influindo em procedimentos de cobrança, tanto administrativos quanto judiciais, os quais manterão seus processos em conformidade com as normas da fundação.

Estes critérios estão estabelecidos de acordo com a atividade da Fundação, levando em conta seu prazo médio de recebimento e condições de cobrança e negociação, sendo que levam em consideração o contrato acadêmico que prevê a renovação semestral da matrícula.

APROVADO
CONSUP: 08/04/14

Durante o exercício de 2013, foi recuperado o montante equivalente a R$ 834, fruto do processo sistemático de cobrança realizado pela Fundação.

NOTA 7. ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS E FORNECEDORES

Os saldos estão assim demonstrados:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Adiantamentos de Viagens	36	30
Adiantamentos p/Fornecedores	120	10
Adiantamentos Salariais	166	60
Adiantamentos de Férias	991	1.065
Adiantamentos DCE e CA's	16	37
	1.329	1.202

NOTA 8. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os saldos estão assim demonstrados:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
ICMS a Recuperar	19	13
PIS a Compensar	65	62
	84	75

Valores de tributos pagos por antecipação conforme previsão legal para abatimento futuro e valores a recuperar de tributos após decisão judicial. Ambos os depósitos ICMS e PIS aguardam decisão judicial para serem revertidos a favor da Fundação.

NOTA 9. ESTOQUES

Os saldos estão assim demonstrados:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Estoque de Almoxarifado	210	237
Estoque Livraria Argos	867	676
Estoque Farmácia Escola	355	277
	1.432	1.190

Parte do estoque da livraria Argos refere-se a títulos publicados por autores/docentes desta fundação.

APROVADO
CONSUP: 08/04/14

NOTA 10. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Os saldos de despesas pagas antecipadamente, referentes a assinatura de periódicos e a prêmio de seguros a apropriar, representam R$ 56, em 31 de dezembro de 2013 (R$ 93, em 31 de dezembro de 2012).

NOTA 11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os saldos estão assim demonstrados:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Depósito Judicial	182	201
Depósito Judicial ICMS Energia e Ação Celesc	24	22
Depósito Judicial PIS sobre Fopag	2.576	1.966
Depósito Judicial IRRF	10.510	5.440
	13.292	7.629

Os depósitos judiciais encontram-se corrigidos até 31/dez./13.

NOTA 12. FINANCIAMENTOS ESTUDANTIS

Os saldos estão assim demonstrados:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Financiamento Estudantil RETORNAR	1.829	2.250
Financiamento Estudantil UNOCRED	3.724	4.158
Financiamento MESTRADO	237	231
	5.790	6.639

Os valores dos financiamentos estudantis são reconhecidos neste grupo até o momento em que o acadêmico faz a negociação de seu financiamento. Depois de negociado, o valor é transferido para o grupo de contas a receber de clientes.

NOTA 13. INVESTIMENTOS

Os Investimentos estão registrados pelo custo de aquisição representando R$ 10, 31 de dezembro de 2013 (R$ 8, em 31 de dezembro de 2012).

O saldo é relativo à Cota de Sócio em Cooperativa SICREDI, investido única e exclusivamente por se tratar de exigência do Banco para admitir correntistas.

NOTA 14. IMOBILIZADO

A composição dos saldos estão assim demonstrados:

APROVADO
CONSUP 08/04/14

IMOBILIZADO	Taxa Depreciação (%)	31 de dezembro de 2013 Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual	31 de dezembro de 2012 Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Acervo Bibliográfico	10%	5.017	(1.365)	3.652	4.694	(887)	3.807
Edifícios e Construções	4%	48.361	(4.666)	43.695	41.704	(2.971)	38.733
Equipamentos de Informática	20%	3.414	(2.027)	1.387	2.941	(1.319)	1.622
Máquinas e Equipamentos	10%	2.504	(714)	1.790	2.278	(448)	1.830
Móveis e Utensílios	10%	2.538	(632)	1.906	2.272	(400)	1.872
Terrenos	-	21.479	(0)	21.479	21.479	(0)	21.479
Veículos	20%	560	(285)	275	519	(178)	341
Maq. e Equip. para Laboratório	10%	6.218	(1.842)	4.376	5.658	(1.148)	4.510
Móveis e Utensílios para Lab.	10%	1.327	(349)	978	1.308	(228)	1.080
Equip. de Informática para Lab.	20%	1.332	(949)	383	1.365	(660)	705
Bens em Formação	-	83	(0)	83	5.714	(0)	5.714
Estoque de Bens para Imob.	-	60	(0)	60	70	(0)	70
		92.893	(12.829)	80.064	90.002	(8.239)	81.763

A seguir está demonstrada a movimentação ocorrida no imobilizado da Fundação no período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013:

IMOBILIZADO	31 de dezembro de 2012	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	31 de dezembro de 2013
Acervo Bibliográfico	3.807	324	(1)	0	(478)	3.652
Edifícios e Construções	38.733	0	0	6.658	(1.696)	43.695
Equipamentos de Informática	1.622	519	(15)	1	(740)	1.387
Máquinas e Equipamentos	1.830	232	(4)	0	(268)	1.790
Móveis e Utensílios	1.872	266	0	0	(232)	1.906
Terrenos	21.479	0	0	0	0	21.479
Veículos	341	41	0	0	(107)	275
Maq. e Equip. para Laboratório	4.510	576	(10)	0	(700)	4.376
Móveis e Utensílios para Lab.	1.080	30	(8)	0	(124)	978
Equip. de Informática para Lab.	705	53	(29)	0	(346)	383
Bens em Formação	5.714	1.028	(1)	(6.658)	0	83
Estoque de Bens para Imob.	70	302	(311)	(1)	0	60
	81.763	3.371	(379)	0	(4.691)	80.064

NOTA 15. DIFERIDO

O Diferido é decorrente das reformas em espaços cedidos/locados para uso em atividades acadêmicas como a Farmácia Escola, Clínica Escola de Psicologia, Guarda Volumes HRO e outros.
A Lei nº 11.941/09 autorizou a manutenção das operações até então registradas como ativo diferido até a sua completa amortização, restringindo o lançamento de novos gastos neste grupo de contas.

O saldo foi totalmente amortizado em 2013.

NOTA 16. FORNECEDORES

Os saldos referem-se a valores a pagar a fornecedores pela aquisição de materiais de expediente, equipamentos de informática e laboratório,

APROVADO
CONSUP 08/04/14

serviços diversos, dentre outros, cujo saldo representa R$ 1.392, em 31 de dezembro de 2013 (R$ 1.697, em 31 de dezembro de 2012).

Os saldos são oriundos das operações normais da Fundação e encontram-se em processo normal de pagamento.

NOTA 17. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos estão assim demonstrados:

	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012		
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Ref
Financiamento Badesc	582	1.952	571	2.524	A
Financiamento BNDES/Itaú	0	3.677	0	0	B
Financiamento BNDES/Real	42	0	505	41	C
Leasing - Itaú	141	0	422	141	D
(-) Encargos Leasing	(4)	0	(35)	(22)	
	761	5.629	1.463	2.684	

As referências alfabéticas ao lado dos valores indicam os comentários mencionados a seguir:

Referência	Moeda	Vencimento	Encargos	Garantias
A	Real	15/mai./18	Juros de 5,9% a.a. + TJLP	Alienação Fiduciária
B	Real	15/fev./18	Juros de 3,2%% a.a. + TJLP	Alienação Fiduciária
C	Real	15/jan./14	Juros de 2,5%% a.a. + TJLP	Alienação Fiduciária
D	Real	15/abr./14	Juros de 1,67% a.m	Alienação Fiduciária

NOTA 18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Os saldos estão assim demonstrados:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Salários a Pagar	2.441	2.306
INSS a Recolher	300	256
FGTS a Recolher	409	389
	3.150	2.951

NOTA 19. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

Os saldos estão assim demonstrados:

APROVADO
CONSUP: 08/04/14

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Imposto de Renda R.F.	748	773
COFINS Lei 10.833	1	2
CSLL Lei 10.833	0	1
ISSQN a recolher	5	6
	754	782

Estão registradas as obrigações da Fundação com impostos municipais, estaduais e federais, sendo o valor de Imposto de Renda Retido na Fonte objeto de discussão judicial.

NOTA 20. PROVISÃO P/ FÉRIAS E ENCARGOS

Os saldos estão assim demonstrados:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Provisão de Férias	4.317	4.013
Provisão de Encargos s/ Férias	388	361
	4.705	4.374

NOTA 21. PARCELAMENTO DE TRIBUTOS

Saldo referente a parcelamento de débitos com a previdência social.

O processo de pagamento foi interrompido, pois os respectivos débitos foram incluídos no "pedido de parcelamento da reabertura da Lei nº 11.941/09 - débitos previdenciários - parcelamento de saldo remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários", o qual foi protocolado em 23/dez./13, e aguarda homologação por parte da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

NOTA 22. CONVÊNIOS

Os saldos estão assim demonstrados:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Convênios	132	705
Convênio Art 170	0	176
Bolsas CAPES/PROSUP	0	4
	132	885

APROVADO
CONSUP: 08/04/14

NOTA 23. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Os saldos estão assim demonstrados:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Associação de Funcionários	152	141
Contribuição Sindical	0	1
Auxílio Creche	8	4
Outras Contas a Pagar	5	11
Valores em Trânsito	17	21
	182	178

NOTA 24. PROVISÃO P/ CONTINGÊNCIAS

Os saldos estão assim demonstrados:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	Ref
Demanda Judicial IRRF	43.952	45.457	A
Depósito Judicial Imposto de Renda	10.510	5.441	B
Depósito Judicial PIS s/ FOPAG	2.646	2.032	C
Depósito Judicial ICMS s/ Energia Elétrica	24	22	C
	57.132	52.952	

As referências alfabéticas ao lado dos valores indicam os comentários mencionados a seguir:

(A) A fundação já foi objeto de autuação por parte da Receita Federal e discute judicialmente estas ações, com poucas chances de êxito.
A Fundação protocolou em 12/dez./13, pedido de "parcelamento de débitos da Reabertura da Lei nº 11.941/09 - PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente", e aguarda homologação por parte da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

(B) A partir de 2012, a Fundação decidiu depositar judicialmente o Imposto de Renda, depositando de forma retroativa de outubro de 2011 até novembro de 2012, e após essa data, efetua depósitos mensais.

(C) Com relação às ações do PIS e ICMS há boas probabilidades de ganho, revertendo os valores para as contas da Fundação.

NOTA 25. SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS

Referente à apropriação de terreno cedido pela Prefeitura Municipal de São Lourenço, condicionado a manutenção de atividade de ensino neste município, cujo saldo representa R$ 119 em 31 de dezembro de 2013 (R$ 125 em 31 de dezembro de 2012).

APROVADO
CONSUP 08/04/14

FUNDESTE
FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE

NOTA 26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PATRIMÔNIO SOCIAL

O saldo está assim demonstrado:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Patrimônio Social	41.151	38.836
	41.151	38.836

Durante o exercício, foi incorporado ao patrimônio social, o saldo do Deficit do Exercício de 2012 que representa R$ 858.

Os valores relativos à realização do custo atribuído do imobilizado foram realizados em contrapartida da conta Patrimônio Social.

SUPERAVIT DO EXERCÍCIO

Foi registrado superavit em 2013 de R$ 249, o qual será incorporado no patrimônio social após aprovação em assembleia, o que irá ocorrer no exercício de 2014.

AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Apresenta a seguinte movimentação:

	31 de dezembro de 2012	Realização (por Parcela de Depreciação)	31 de dezembro de 2013
Ajuste de Avaliação Patrimonial	19.239	(3.173)	16.066
	19.239	(3.173)	16.066

NOTA 27. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

As receitas operacionais, também conhecidas como ordinárias, são fontes geradoras de recursos que financiam as atividades desenvolvidas pela Fundação, as quais estão previstas em seu estatuto social, e são constituídas pelas receitas de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão, aluguéis, vendas livrarias e farmácia escola, atividades agropecuárias, taxas, serviços de reprografia, vestibular e outras eventuais, como as doações recebidas, conforme demonstrado:

RUA SENADOR ATTÍLIO FONTANA, 591-E
TEL. 49 3321.8000 - FAX 49 3321.8263
CAIXA POSTAL 1141
CHAPECÓ - SC CEP 89809-000

FUNDESTE
FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Receita de Atividades Educacionais	90.843	79.624
Serviços em Educação	947	1.092
Venda de Produtos Farmacêuticos	436	442
Vendas Livraria	671	664
Receitas Diversas	2.660	2.771
Receita Operacional Bruta	95.557	84.593
Impostos e Contribuições	(8)	(3)
Devoluções e Abatimentos	(229)	(437)
(-) Deduções da Receita Bruta	(237)	(440)
Receita Operacional Líquida	95.320	84.153

As receitas de ensino de graduação e pós-graduação representam 95,07% das receitas ordinárias da Fundação no exercício de 2013. As demais 4,93% correspondem às receitas já descritas acima.

NOTA 28. COMPOSIÇÃO DA RECEITA GERADA EM 2013

No exercício de 2013 a fundação gerou um montante de receita ordinária e financeira de R$ 97.856, estando inclusas as receitas com gratuidade (bolsa de estudos) de R$ 17.086, constando de forma analítica na demonstração do resultado do exercício. A receita líquida das gratuidades representa R$ 80.770. Importante ressaltar que não estão sendo reconhecidas nesta composição as gratuidades com os programas de assistência social por não terem reflexos na receita registrada.

NOTA 29. DESPESAS C/ PESSOAL

Os saldos estão assim demonstrados:

RUA SENADOR ATTÍLIO FONTANA, 591-E
TEL. 49 3321.8000 - FAX 49 3321.8263
CAIXA POSTAL 1141
CHAPECÓ - SC CEP 89809-000

APROVADO
CONSUP 08/04/14

FUNDESTE
FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Ordenados e Salários	46.288	42.980
Encargos Sociais	17.400	14.032
Remuneração de Estagiários	425	456
Remuneração de Monitores	110	112
Remuneração de PF s/ Vínculo	1.643	1.300
Auxílio Transporte	76	80
Auxílio Alimentação	76	37
Seguro de Vida	161	152
Assistência Médica e Social	1.392	1.233
Aperfeiçoamento de Pessoal	1.560	1.600
Provisão para Ação Trabalhista	89	58
Subtotal Despesas com Pessoal	69.220	62.040
(-) Reversão para Assistência Social	(2.049)	(4.553)
(-) Reversão INSS Patronal	(12.566)	(9.945)
Saldo Após Reversões	54.605	47.542

As despesas de pessoal englobam salários, encargos sociais, seguro de vida, auxílio transporte, assistência médica e despesas com aperfeiçoamento de pessoal.

Do total de despesas com pessoal, foram revertidos R$ 2.049, no exercício de 2013 (R$ 4.553, no exercício de 2012), para custo com folha de pagamento dos programas de Assistência Social e R$ 12.566, no exercício de 2013 (R$ 9.945, no exercício de 2012), para cota patronal do INSS. Em contrapartida, a Fundação destinou R$ 19.714, em 2013, em programas de assistência social e distribuição de bolsas de estudos a alunos economicamente carentes na forma da Lei nº 11.096/95.

Foram incorridas despesas com serviços de terceiros na ordem de R$ 6.349, no exercício de 2013 (R$ 954, no exercício de 2012) antes das reversões, conforme demonstrado:

RUA SENADOR ATTÍLIO FONTANA, 591-E
TEL. 49 3321.8000 - FAX 49 3321.8263
CAIXA POSTAL 1141
CHAPECÓ - SC CEP 89809-000

FUNDESTE
FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Serviços de Terceiros	57	54
Serviços de Limpeza	1.981	1.759
Serviços de Vigilância/Segurança	759	741
Serviço de Assessoria e Consultoria	1.330	737
Remuneração Pessoa Jurídica	1.746	2.073
Honorários Técnicos/Autônomos	57	21
Bolsas de Pesquisa	414	572
Indenização Processo Judicial	5	249
Subtotal Despesas com Terceiros	6.349	6.206
(-) Reversão para Projetos	(482)	(954)
Saldo Após Reversões	5.867	5.252

Estas despesas com terceiros demonstram os serviços que a Fundação toma de outras empresas que, caso não executados dessa forma, deveriam ser realizados por pessoal contratado via folha de pagamento, motivo o qual se classificam como despesas com pessoal.

A partir destas informações temos:

	Valores	%	% Sobre R.O
Despesas com Pessoal Direto	69.220	91,60%	72,44%
Despesas com Serviços de Terceiros	6.349	8,40%	6,64%
Total	75.569	100,00%	79,08%
Receita Operacional (R.O)	95.557	100,00%	100,00%

Conforme constatado, a Fundação destinou, no exercício de 2013, 79,08% de suas Receitas Operacionais (Ordinárias) em despesas com pessoal e serviços.

NOTA 30. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os saldos estão assim demonstrados:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Despesas com Material	1.463	1.980
Despesas com Utilidades e Patrimônio	3.287	3.236
Despesas Administrativa Gerais	4.900	3.260
Despesas com Devedores Duvidosos	696	1.342
Despesas com Depreciação/Amortização	4.691	4.159
	15.037	13.977

RUA SENADOR ATTÍLIO FONTANA, 591-E
TEL. 49 3321.8000 - FAX 49 3321.8263
CAIXA POSTAL 1141
CHAPECÓ - SC CEP 89809-000

As despesas com material compreendem as despesas de uso diário e consumo para o funcionamento: material de consumo e expediente, bens de pequeno valor, material didático, material para laboratórios, reprografias, impressos personalizados, artigos decorativos, uniformes entre outros materiais de consumo geral.

As despesas de utilidade e patrimônio compreendem despesas com manutenção e conservação da Fundação em suas edificações, equipamentos, máquinas e móveis, bem como locações de espaços físicos e equipamentos necessários.

As despesas administrativas gerais evidenciam-se os consumos inerentes à prestação de serviços da fundação, tais como: assinatura de periódicos, combustíveis, fretes, lanches e refeições, propaganda e publicidade, viagens e estadas, deslocamentos, telefone, despesas específicas das áreas, entre outros.

NOTA 31. FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste – FUNDESTE é uma fundação reconhecida através dos seguintes atos jurídicos:

- Constituída como fundação sem fins lucrativos nos termos de seu Estatuto;
- Declarada de utilidade pública municipal pela Lei nº 101 de 27 de maio de 1971;
- Declarada de utilidade pública estadual pela Lei nº 4.614 de 30 de agosto de 1971;
- Declarada de utilidade pública federal pelo Decreto nº 87.122 de 26 de abril de 1982;
- Registrada no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Chapecó-SC, pelo atestado de registro nº 023/2002;
- Certificada como fundação beneficente de assistência social pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, através do certificado nº CCEAS 0451/2004.

NOTA 32. ISENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Por ser fundação de natureza beneficente de assistência social, a Fundação goza de benefícios, como a isenção das contribuições previdenciárias – cota patronal, relacionadas com a atividade assistencial. Este benefício no exercício de 2013 representa R$ 12.566 (R$ 9.945, no exercício de 2012).

NOTA 33. CERTIFICAÇÃO DE FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Resolução nº 03, de 23 de janeiro de 2009, publicou o texto a seguir transcrito, dando conta do deferimento do pedido de renovação de certificado de fundação beneficente de assistência social da fundação, na forma do artigo 37, da Medida Provisória nº 446, de 07 de novembro de 2008:

"Processo nº 71010.002712/2007-77 – Fundação Universitária do

FUNDESTE
FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE

Desenvolvimento do Oeste – FUNDESTE – CHAPECÓ/SC – CNPJ: 82.804.642/0001-08 – período de validade da renovação do Certificado de Fundação Beneficente de Assistência Social, de 30/jul./ 07 a 29/jul./10."

Quanto ao período de vigência, foi protocolado junto ao Conselho Nacional de Assistência Social o pedido de prorrogação do prazo de vigência, iniciando em 23/nov./07 a 22/nov./10.

Desta forma, o último triênio em vigência do certificado encerrou-se em 22/nov./10, sendo requerida renovação através do protocolo 025169/2010-52, em 29/abr./10.

Até o encerramento do exercício de 2013, a situação do certificado encontrava-se sem retorno do protocolo de renovação, estando a Fundação resguardada por este protocolo e por decreto que respalda a validade da certificação até que não seja expedido o certificado. Ainda em 2013 a Fundação protocolou novo pedido de renovação sob nº 23000.008245/2013-11 para o próximo triênio.

NOTA 34. IMUNIDADES E ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS

Por tratar-se de uma Fundação de educação, beneficente de assistência social, sem fins lucrativos, de utilidade pública federal, estadual e municipal, nos termos da Constituição Federal e do Código Tributário Nacional goza, a Fundação goza de imunidade tributária, bem como goza da isenção das contribuições previdenciárias com base na Lei nº 12.101/2009. Portanto, não é contribuinte do Imposto sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Superávit Líquido, bem como da COFINS sobre as receitas que estejam alinhadas com o seu objeto social.

NOTA 35. GRATUIDADES CONCEDIDAS

Em atendimento ao disposto no artigo 25, do Decreto nº 7.237/10, o qual revogou o Decreto nº 2.536/98, a Fundação deve aplicar 20% das receitas brutas em atividades de assistência social. Exigência plenamente atendida em razão das seguintes aplicações:

RUA SENADOR ATTÍLIO FONTANA, 591-E
TEL. 49 3321.8000 - FAX 49 3321.8263
CAIXA POSTAL 1141
CHAPECÓ - SC CEP 89809-000

APROVADO
CONSUP 08/04/14

RECEITAS OPERACIONAIS E FINANCEIRAS

	31 de dezembro de 2013	% Total
Receita Operacional Bruta	95.557	99,19%
Receita de Aplicações Financeiras	778	0,81%
	96.335	100,00%

APLICAÇÃO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL

	31 de dezembro de 2013	% Total
Bolsas de Estudos Lei 10.260/11.096	17.086	17,74%
Programas e Projetos de Assistência Social	2.628	2,73%
	19.714	20,46%

Conforme demonstrado a Fundação aplicou no ano de 2013 o total de 20,46% de suas receitas que compõe a base de cálculo para fins de aplicação em bolsas de estudo e programas de assistência social, atendendo plenamente as exigências legais.

Os investimentos em programas de assistências social, conforme previsto no Art. 10 da Lei 11.096/2005 a qual prevê:

> ...§ 2º Para o cumprimento do que dispõe o § 1º deste artigo, serão contabilizadas, além das bolsas integrais de que trata o caput deste artigo, as bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudante enquadrado no § 2º do art. 1º desta Lei **e a assistência social em programas não decorrentes de obrigações curriculares de ensino e pesquisa. (grifo nosso)**

Foram assim aplicados no exercício de 2013:

PROGRAMA	31 de dezembro de 2013
Programa de Atendimento à Comunidade - CAC São Lourenço do Oeste	271
Programa Centro de Atendimento a Comunidade - Cac Chapeco	302
Programa Centro de Atendimento a Comunidade - Cac Xaxim	144
Programa de Atendimento a Criança e Adolescente (6 A 14)	385
Programa de Atendimento de Criança e Adolescente (15 A 17)	1.359
Programa de Assessoramento em Política de Assistência Social	167
TOTAL	**2.628**

APROVADO
CONSUP: 08/04/14

NOTA 36. DOS BENEFÍCIOS FISCAIS DECORRENTES IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE GERADO PELA FUNDAÇÃO

Com base nas Leis Municipais nº 141/71 e 5.034/06, a Fundação goza de benefícios fiscais que a isenta do recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte.

A Lei nº 5.482/08 institui alterações no disposto na Lei nº 5.034/06, permitindo que os recursos correspondentes aos exercícios de 2008 e 2009 fossem aplicados em investimentos para compor o patrimônio da Fundação.

Em relação aos 50% para utilização conjunta com o Município foram construídas e entregues as quatro policlínicas previstas, a saber: Bairro Seminário; Bairro Bom Pastor/São Pedro; Bairro Líder/ Vila Real e Bairro Saic. O conjunto das edificações soma aproximadamente 2.895m2 e R$ 2.942 de recursos investidos nas edificações, além de R$ 1.132 na aquisição dos terrenos para as respectivas construções.

Para 2010, a Lei nº 5671/2009 estabeleceu que o IRRF compusesse os investimentos da Fundação. Como contrapartida, a Fundação realizou a aquisição de uma usina para produção de gases medicinais para utilização no Hospital Materno Infantil.

Para o ano de 2011 a Lei nº 5.938/11, estabeleceu que o IRRF compusesse os investimentos da Fundação, como contrapartida realizaria investimentos em programas da área da Saúde com o Município.

Ainda para o ano de 2012, a Lei nº 6.229/12 estabeleceu que o IRRF compusesse os investimentos da Fundação. Como contrapartida, manterá projetos de assistência social à comunidade.

Para o ano de 2013, a Lei nº 6.345/12 estabeleceu que o IRRF compusesse os investimentos da Fundação. Como contrapartida, manterá projetos de assistência social à comunidade.

NOTA 37. CONTINGÊNCIAS

Conforme o relatório apresentado pelos assessores jurídicos da Fundação, para o mês de dezembro de 2013, há contingências ativas e passivas decorrentes de processos judiciais em andamento, relativos a reclamatórias fiscais, cíveis e trabalhistas.

NOTA 37.1. AÇÃO DE COBRANÇA AJUIZADA CONTRA A CELESC

Refere-se à ação de cobrança ajuizada em 24/nov./94, movida pela Fundação contra a CELESC, referente ao incêndio na biblioteca ocorrido na década de 90, o qual obteve julgamento favorável, sendo revertido o ganho para a Fundação no valor de R$ 3.028, em 2008, R$ 2.057, em 2009, R$ 1.666, em 2010, R$ 883, em 2011 em R$ 2.026, em 2012 e R$ 1.716, em 2013 finalizando assim os valores a receber e encerrando a ação.

FUNDESTE
FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE

NOTA 37.2. IMPUGNAÇÃO À NOTIFICAÇÃO DE INSS

A Fundação recorreu judicialmente da notificação NFLD nº. 35.516.329-7, emitida pela agência do INSS de Chapecó-SC, em 24/out./02, obtendo ganho de causa em primeira instância. O INSS ofereceu apelação ao Tribunal Regional Federal de Porto Alegre-RS, o qual manteve a decisão favorável a Fundação, inclusive no tangente a tese de imunidade das contribuições previdenciárias. Diante as decisões dos Tribunais, bem como a avaliação da assessoria jurídica como de perda remota, a decisão da direção da Fundação em consonância com as normas brasileiras de contabilidade é de não reconhecer nas demonstrações contábeis, os valores relativos à notificação do INSS.

Em 2013 devido a inscrição em dívida ativa de parte do valor relativo à cota de terceiros, a Fundação efetuou parcelamento deste valor, sendo que cessou seu pagamento no final do ano para inclui-lo no pedido de adesão ao "parcelamento de débitos da Reabertura da Lei nº 11.941/09", o qual aguarda homologação.

NOTA 37.3. IMPUGNAÇÃO AO AUTO DE INFRAÇÃO E INICÍO DE AÇÃO FISCAL - IRRF

A dispensa do recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte, concedida à Fundação pelas leis Municipais citadas na nota explicativa "36", encontra-se em questionamento pela Secretaria da Receita Federal, conforme lançamento fiscal (auto de infração) n. 13982.001022/2004-64.

No entanto, a Fundação ofereceu impugnação ao auto de infração, o qual transitou em julgado em última instância da esfera administrativa do Ministério da Fazenda com decisão desfavorável à Fundação, da qual tomou ciência em 14/jan./10 e ajuizou a Ação Anulatória nº. 5001136-71.2010.404.7202, que tramita na primeira vara da Justiça Federal de Chapecó, objetivando o reconhecimento de que os valores do IRRF são de titularidade do Município de Chapecó.

Em 2010, a Fundação foi notificada da lavratura do lançamento fiscal (auto de infração) nº 13982.000646/2010-11, relativamente ao período de 01/jan./05 até 31/dez./08. Em relação a este auto de infração, a Fundação ofereceu impugnação administrativa, que aguarda julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, do Ministério da Fazenda. A presente ação foi avaliada pela assessoria jurídica como de perda possível.

Estes valores constam reconhecidos como obrigação no Passivo da fundação, sendo que os valores contestados pela Receita estão sendo atualizados monetariamente, baseados nos índices de juros SELIC.

Em 2013 a Fundação teve os períodos de 2009 a 2012 fiscalizados, sendo que o ano de 2009 já houve notificação no final do ano, e os demais anos continuam em análise até a data de encerramento dessas demonstrações.

Em 2013, a fundação protocolou pedido de adesão ao "parcelamento de débitos da Reabertura da Lei nº 11.941/09", o qual aguarda homologação.

RUA SENADOR ATTILIO FONTANA, 591-E
TEL. 49 3321.8000 - FAX 49 3321.8263
CAIXA POSTAL 1141
CHAPECÓ - SC CEP 89809-000

FUNDESTE
FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE

APROVADO
CONSUP 08/04/14

NOTA 37.4. PIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO

Em 2008, a Fundação ingressou através do processo 2008.72.02.000778-9 com ação questionando a legalidade da incidência do PIS sobre a folha de pagamento, sendo que desde março de 2008 vêm depositando judicialmente o valor relativo a esta contribuição. Esta ação, na opinião da assessoria jurídica, possui grandes chances de ser revertida em favor da Fundação, sendo o ativo reconhecido pelos valores depositados em juízo.

NOTA 37.5. AÇÕES DIVERSAS

A Fundação figura em diversas ações judiciais de natureza cível, trabalhista, tributária e monitória, ora como autor e ora como ré.

Em razão da incerteza dos valores em discussão e do mérito das questões em si, e em razão de que a divulgação detalhada das informações exigidas nos itens 84 a 89 da NBC T 19.7 pode prejudicar a fundação nas disputas em andamento, deixamos de divulgar outras informações acerca das referidas ações.

NOTA 38. APLICAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos da Fundação foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu estatuto social, demonstrados pelos custos dos serviços prestados, pelas despesas e aplicações no ativo imobilizado e evidenciado pela incorporação do superávit e dos ajustes de exercícios anteriores ao patrimônio social.

NOTA 39. SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, os bens imóveis da Fundação e frota de veículos estão segurados por valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. As apólices vigentes possuem datas de coberturas distintas, sendo para edificações há cobertura até 20/maio/14, e para veículos cobertura até 15/maio/14.

Vincenzo Francesco Mastrogiacomo
Presidente da FUNDESTE

Cleonir Jasckovski
Contador CRC-SC 023.278/O-2

RUA SENADOR ATTÍLIO FONTANA, 591-E
TEL. 49 3321.8000 - FAX 49 3321.8263
CAIXA POSTAL 1141
CHAPECÓ - SC CEP 89809-000